

Diário Notícias

23-11-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Administração Pública

Dimensão: 1632

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2/3

# Miguel Macedo exigiu demissões ao diretor da PSP

**Decisão.** Ministro questionou Paulo Gomes sobre falta de ação da polícia na AR. Este disse que temeu banho de sangue por estarem ali muitos homens com armas. E demitiu-se. Foi nomeado para o seu lugar o responsável pela unidade que devia ter atuado na quinta-feira. **ATUAL** PÁGS. 2 E 3

## Atual 1 Protesto abre crise na PSP

### PASSO A PASSO DAS DECISÕES

#### Operação de segurança

O primeiro responsável pela segurança de uma manifestação é o comandante local. O ministro só intervém em casos críticos

**1 Definição de percursos**  
Cabe ao comando do local onde se vai realizar a manifestação fazer o contacto com a organização para saber o percurso que vai ser seguido e poder definir um plano de bloqueio de estradas se necessário.

**2 Avaliação de risco**  
Os analistas de informações do comando fazem uma avaliação do risco da manifestação, tendo em conta o perfil dos manifestantes, os antecedentes e o local, identificando os cenários de possíveis incidentes.

**3 Comando**  
O planeamento operacional é feito e validado pelo comandante local. No caso de Lisboa, o superintendente Constantino Ramos. Foi ele quem dirigiu as operações no Parlamento. É deste oficial a primeira linha da decisão.

**4 Responsabilidade**  
Em situações críticas como a que aconteceu a 14 de novembro do ano passado e resultou em carga policial, a decisão do comandante local é apoiada pela hierarquia e, em última linha, pelo ministro da Administração Interna.



RAFAEL MARCHANTE/REUTERS

# Ministro exigiu que rolassem cabeças, diretor da PSP recusou

**Demissão.** Polícia que fazia segurança no Parlamento teve indicação de manifestantes armados e não atuou. Paulo Gomes concordou e saiu. Novo diretor é Luís Farinha, comandante do Corpo de Intervenção que permitiu a invasão

VALENTINA MARCELINO

O ainda diretor nacional da PSP, Paulo Gomes, seguia no seu carro ontem de manhã em direção a Vieira de Leiria, onde estava reunido o topo da hierarquia da PSP num encontro dos comandos, quando recebeu uma chamada do ministro da Administração Interna. Miguel Macedo exigia a sua presença, com urgência, no gabinete. O ministro queria fazer rolar cabeças na PSP, mas Paulo Gomes ofereceu-lhe a sua.

Entre ambos ainda não tinha havido uma conversa aprofundada de avaliação dos acontecimentos da noite anterior, em que manifestantes de várias forças de segurança tinham invadido a escadaria da Assembleia da República, sem que os polícias ali de serviço o tivessem im-

pedido. Para o ministro era politicamente insustentável consentir aquela opção tática que abria precedentes indesejáveis.

A conversa no gabinete de Miguel Macedo foi a dois e as vozes não chegaram a subir de tom. A personalidade mais irascível do ministro não contagiou o temperamento cauteloso de Paulo Gomes. Ao que o DN apurou, o ministro manifestou o seu total desgosto pelo que tinha acontecido na noite anterior. Fonte próxima da direção da PSP disse ao DN que o ainda diretor explicou a Miguel Macedo a opção tática do efetivo, incluindo a informação de que tinham sido observados alguns manifestantes armados.

"O diretor advertiu que recorrer à força numa situação daquelas era potenciar um conflito que poderia terminar num banho de sangue e reeditar uma versão ainda mais

violenta dos "secos e molhados", em 1989 (um confronto na génese do sindicalismo da PSP que opôs polícias contra polícias fardados), salienta essa fonte. O clima de desespero e revolta sentido por muitos polícias por causa dos cortes salariais, agravado pelos já frequentes episódios incontroláveis de indisciplina entre alguns manifestantes, fazia temer o pior.

Miguel Macedo insistiu que fossem apuradas responsabilidades porque os acontecimentos eram demasiado graves para que, no seu entender, não houvesse consequências a alto nível. Foi nesta altura que Paulo Gomes terá dito ao ministro que era ele, como diretor nacional, o responsável máximo e que, sendo assim, colocava o

seu lugar à disposição. Miguel Macedo aceitou, apesar de Paulo Gomes ter sido nomeado por si há pouco mais de ano e meio. Este foi, aliás, o segundo diretor da PSP que Macedo demitiu.

Na PSP, entre o núcleo de altos dirigentes, a notícia caiu como uma bomba. Os comandantes, reunidos em Vieira de Leiria, já tinham discutido os incidentes do Parlamento e adivinhavam que haveria consequências, mas nenhum dos comandantes previa a demissão do seu líder máximo.

Curiosamente, na conferência de imprensa que deu ontem à noite, Miguel Macedo não associou a demissão do Paulo Gomes à atuação policial — criticada durante

todo o dia quer pela oposição quer por comentadores de segurança interna (ver texto ao lado). O ministro Miguel Macedo sublinhou apenas que "importava tirar consequências" do que aconteceu, considerando "absolutamente inaceitável" a violação do perímetro de segurança pelos manifestantes. Mas em nenhum momento o ministro condenou a atuação das polícias em serviço no terreno, mesmo quando questionado sobre isso.

Para alguns oficiais da PSP ouvidos pelo DN, esta atitude "não deixa de ser estranha", pois "se a demissão tivesse que ver com a invasão dos manifestantes não se perceberia porque tem de ser só responsabilizado o diretor da PSP, quando estavam lá representantes de vários outras forças e serviços de segurança".

Macedo disse que o incidente foi "absolutamente inaceitável"



Miguel Macedo tinha escolhido há ano e meio Paulo Gomes

## “Saio de consciência perfeitamente tranquila”

**DESPELIDA** O ex-diretor nacional da PSP escreveu ontem, ao final da tarde, um e-mail de despedida ao efetivo, no qual defendia, indiretamente, a ação do efetivo policial que fazia a segurança do parlamento quando os manifestantes de forças de segurança derrubaram as grades e invadiram a escadaria. “Temos sabido

cumprir a nossa missão com grande profissionalismo e inteligência, correspondendo a todas as exigências operacionais de segurança interna. Sempre agimos orientados pelos princípios da legalidade, da proporcionalidade, da adequação dos meios.” Paulo Gomes, 47 anos, foi o primeiro oficial formado no Instituto Superior da PSP a assumir a liderança da polícia. Académico, estudioso de questões de segurança interna, era apelidado de “polícia de gabinete”. Apesar de respeitado pelos seus pares, a sua falta de carisma e o facto de nunca ter perseguido criminosos no terreno, lado a lado com os seus homens, eram os seus pontos fracos. Ter dado a cabeça pelos seus oficiais acabou por o transformar num comandante “à moda antiga”.

“Sempre agimos orientados pelos princípios da legalidade, da proporcionalidade, da adequação dos meios.”

“Sabemos das dificuldades que o país, e inevitavelmente a PSP, atravessam neste momento.”

PAULO VALENTE GOMES  
EX-DIRETOR NACIONAL DA PSP

O ministro manifestou a sua total confiança na PSP e não anunciou a abertura de qualquer inquérito ao incidente. Luís Peça Farinha (ver perfil), o novo diretor, garantiu o ministro, foi a primeira escolha. No entanto, era o nome do atual número dois, Paulo Lucas, que estava na primeira linha de sucessão. Mas o facto de ser ele o responsável pelas operações policiais e, no topo da hierarquia, quem controlou a ação policial no Parlamento, deixava-o numa situação delicada. Mais ainda que o próprio Luís Farinha, que, como comandante da Unidade Especial de Polícia, foi quem deu as ordens aos elementos do Corpo de Intervenção que ali estavam destacados.

Ao mais alto nível do Governo, a manifestação dos polícias, por sinal convocada por sindicatos moderados pertencentes à Coordenadora das Forças de Segurança, foi alvo de críticas. O primeiro-ministro lamentou que a manifestação tivesse ficado “ensombrada pelo facto de os manifestantes, que pertencem a forças de segurança, terem quebrado as regras”. Passos Coelho advertiu que “o maior prejuízo do que se passou pode ser para o prestígio” das polícias e para a “tranquilidade dos portugueses”. Com PATRÍCIA JESUS

# Falta de atuação abriu “precedente perigoso”

**ANÁLISE** Especialistas em segurança interna ouvidos pelo DN temem pelo que poderá ocorrer em próximos protestos caso manifestantes pretendam subir escadaria de São Bento

Os manifestantes das forças de segurança cometeram um “excesso” ao subir a escadaria da Assembleia da República mas o efetivo policial destacado para o local abriu “um precedente perigoso” ao não ter atuado. Essa é a convicção dos especialistas em segurança que questionam a forma como a polícia atuará no futuro, em outras ações de protestos, no caso de os manifestantes fazerem o mesmo que os elementos das forças policiais em protesto.

“Fazendo a análise em cima dos acontecimentos a opinião que tenho é que a atitude da PSP foi a mais sensata porque evitou um confronto que seria violento. O número de efetivos que estavam a fazer a segurança à Assembleia da República e impedir o acesso à escadaria era escasso e, até mesmo por isso, o que parece é que de facto houve a intenção de se evitar o confronto”, considera Mário Mendes, antigo secretário-geral do Sistema de Segurança Interna.

Mário Mendes destaca também o comportamento dos manifestantes que nunca procuraram provocar descalços e após subirem a

escadaria desmobilizaram. “No entanto aquilo que à primeira vista parece uma decisão sensata por parte da PSP ela deixa de o ser no futuro”, acrescenta. Para Mário Mendes “abriu-se um precedente perigoso porque a partir daqui os manifestantes de protestos futuros podem pensar ter o mesmo direito de o fazer”.

O ex-responsável pelo Sistema de Segurança Interna teme pelo que possa vir a acontecer em próximas manifestações, “até porque situações destas não serão toleradas”.

A mesma opinião tem o porta-voz do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT), Filipe Pathé Duarte que faz duas leituras do que se passou anteontem à noite em frente à AR. “A polícia não atuou por existir comunhão de interesses mas ao permitir o que aconteceu os manifestantes acabaram por ferir o Estado democrático”, afirma aquele responsável.

A aparente não ação das forças de segurança foi para garantir a segurança dos manifestantes, numa espécie de comunhão de interes-

ses porque o que é reivindicado é comum a ambos os lados. Por outro lado, os responsáveis pela PSP optaram pela solução mais básica que foi evitar um grande confronto em que a imagem da instituição saíria afetada junto da opinião pública”, considera Filipe Pathé Duarte. Seja como for, “uma ação que acabou por ser também uma não ação” e que para o porta-voz do OSCOT permitiu, “no caso dos manifestantes, que tenha havido um excesso”.

Já a demissão do diretor nacional da PSP é lamentada por Mário Mendes. “Parecia-me um homem equilibrado, capaz e descomprometido com o sistema político mas que, ao demitir-se, termina a carreira de forma digna”, explica. Já um alto responsável militar ouvido pelo DN, mas que pediu anonimato, compreende a luta das forças de segurança e diz que “o Governo só tinha de engolir isto”. Apesar disso, está longe de acontecer um episódio do mesmo género envolvendo militares, até porque, “com eles o Governo tem uma postura de maior respeito”.

ALFREDO TEIXEIRA

### PERFIL



#### LUÍS PEÇA FARINHA

- Comandante da Unidade Especial de Polícia desde 1 de fevereiro de 2012
- Tem 47 anos
- É licenciado em Ciências Policiais, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

- Luís Manuel Peça Farinha tornou-se no segundo oficial formado no Instituto Superior de Ciências Policiais, sucedendo a Paulo Gomes, a liderar a PSP. De personalidade prudente, fez carreira como perito em informações policiais, chegando a dirigir esse departamento. Antes de assumir o comando da UEP, a elite da PSP, foi oficial de ligação em Maputo, liderou o Corpo de Segurança Pessoal e chefiou a equipa de guarda-costas do Presidente da República, Cavaco Silva.

# PS quer ouvir ministro sobre demissão, maioria disponível

**PARLAMENTO** Socialistas pedem “urgência” para chamar Miguel Macedo. PSD e CDS criticam comportamento de manifestantes

O grupo parlamentar do PS requereu a “audição, com caráter de urgência” do ministro da Administração Interna e do diretor nacional da PSP. O PSD admite ouvir o ministro e o CDS não se opõe a que Miguel Macedo seja chamado.

No texto do requerimento, assinado pelos socialistas Pita Ameixa e Marcos Perestrello, diz-se que “considerando a gravidade e excepcionalidade dos acontecimentos” e “o consequente pedido de demissão do diretor nacional da PSP”, os deputados pretendem assim obter esclarecimentos sobre os incidentes de quinta-feira, na escadaria da Assembleia da República.

Para Pita Ameixa esta que é a segunda demissão de um diretor da PSP por Miguel Macedo “pode dar imagem de alguma instabilidade. Uma instituição desta natureza tem de ter estabilidade, rumo,

orientações inequívocas, de forma a proporcionar segurança aos cidadãos e estas mudanças violam estes princípios”. No entanto, frisa o deputado ao DN, “esta atividade está sempre sujeita a acontecimentos inopinados que se podem refletir nos dirigentes e, é por isso, que queremos saber todos os detalhes sobre o que aconteceu”.

Do lado da maioria, há disponibilidade para ouvir o ministro da Administração Interna. “As consequências [da demissão] são retiradas pelo Governo e a Assembleia da República [AR] fiscalizará depois, com iniciativas várias, designadamente uma eventual vinda do ministro à AR, para esclarecer esta situação”, afirmou o deputado social-democrata Fernando Negrão, citado pela Lusa.

Fernando Negrão alinharia depois na crítica aos incidentes no Parlamento, na noite de quinta-feira, durante a manifestação de polícias e guardas. “O PSD tem o maior apreço pelas forças de segurança. Mas aconteceu um episódio lamentável no exercício de um direito legítimo que é o direito à mani-

festação. Estamos a falar de manifestantes que são membros das forças de segurança e que invadiram um espaço que estava acordado que não poderia ser invadido.”

Também Nuno Magalhães, do CDS, afirmou que “um Estado de direito democrático, o que se passou [na quinta] na Assembleia da República não se pode voltar a repetir”. E disparou que “uma coisa é o legítimo direito à insatisfação e a exprimir essa insatisfação, outra coisa é saltar regras, saltar barreiras, saltar escadarias”.

O Bloco de Esquerda notou que “o protesto é um protesto legítimo à luz dos cortes que as forças de segurança vão sofrer”. A deputada Cecília Honório, em declarações à Lusa, sublinhou que, para o BE, “não há acontecimentos que revelem formas de violência para além daquilo que é o limite dos protestos que o País tem conhecido”. “Neste sentido, as pessoas utilizaram os instrumentos para revelar a sua indignação face às políticas de austeridade”, rematou a deputada. O PCP não comentou.

VALENTINA MARCELINO e MIGUEL MARUJO